



Santa Casa de Misericórdia de Vila de Frades

PLANO DE ACTIVIDADES
E
ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL
E
INVESTIMENTOS

2016



MEMÓRIA JUSTIFICATIVA

INTRODUÇÃO

No cumprimento da Lei e de acordo com o preceituado, na alínea e) do Art.º 27º do Compromisso da Irmandade, compete à Mesa Administrativa elaborar durante o mês de Novembro de cada ano o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano seguinte.

De acordo com o Compromisso o orçamento deve ser submetido ao respetivo órgão de fiscalização para dele se obter parecer e ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária que deverá proceder à sua aprovação.

Assim, no respeito pela legalidade e pelo Compromisso a Mesa Administrativa, propõe à Assembleia Geral o presente Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para sua discussão, votação e aprovação.

CONTEXTO GERAL

Continua a instituição a desenvolver esforços, tentando encontrar as mais variadas soluções, no sentido de manter com a população mais envelhecida do nosso concelho, em particular e alargando também a outros concelhos do nosso distrito, uma relação de confiança no futuro.

A exemplo de anos anteriores, temos vindo a desenvolver esforços no sentido da melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novos serviços, como seja a contratação, a tempo inteiro, de uma técnica de fisioterapia de modo a rentabilizar o equipamento adquirido colocando-o ao serviço da comunidade.

É na melhoria da qualidade dos recursos humanos, que se consegue através da sua formação contínua que procuramos investir, em paralelo com um plano de atividades que promova o bem estar que conseguiremos atingir e dar corpo ao nosso lema "Entardecer Solidário"..

É com base no trabalho, que pretendemos desenvolver, durante o próximo ano, que elaborámos este orçamento de exploração previsional, procurando ir ao encontro do planeado no Plano de Atividades, a desenvolver durante o ano de 2016.

Procuramos, ter o máximo rigoroso, naquilo que é possível, considerando sempre por defeito a rubrica das receitas, mas por excesso a de despesas, no sentido de procurar gerir sempre com empenho, e espírito de missão pública, esta nossa instituição.

A base contabilística, foram as despesas e receitas obtidas entre os meses de janeiro e setembro do corrente ano, procurando que eles reflitam a maior realidade possível, visto que eles serão nesta fase, sempre previsionais.

Seguidamente passamos a análise com algum detalhe do acima referenciado.



RENDIMENTOS

O total dos rendimentos previstos para o ano de **2016** é de **€ 740.532,84**, distribuídos pelas seguintes rubricas.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	446.300,00
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	240.075,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	47.670,84
JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	6.487,00
TOTAL	740.532,84

Numa análise comparativa com os orçamentos anteriormente apresentados, há uma pequena diminuição nas receitas, em função de a medicação deixar de ser um serviço como os custos imputáveis à instituição, mas passar a fazer parte de um custo direto entre farmácia e o utente.

Continuamos a manter a capacidade do Lar na ocupação máxima, ou seja, 51 utentes, em que 35 estão abrangidos pelo acordo de cooperação com a Segurança Social.

A rubrica de subsídios apresenta também uma ligeira diminuição. As receitas orçamentadas referem-se aos acordos com a Segurança Social, apoio do Município de Vidigueira no desenvolvimento deste tipo de instituições de carácter social (como faz com outras de igual cariz no concelho) e verbas dos programas ocupacionais a que esta instituição se candidata junto do IEFP, no sentido de poder proporcionar apoio na inserção, emprego e estágios.

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos, apresenta uma ligeira diminuição relativamente ao ano anterior e referem-se a subsídios ao investimento efetuado e outros rendimentos suplementares.

A rubrica de Juros e outros rendimentos similares também apresenta um ligeiro decréscimo devido ao abaixamento das taxas de juro que se tem vindo a verificar.

GASTOS

Os gastos previstos também apresentam uma ligeira diminuição em relação ao ano transato. Foram estimados com prudência, no sentido de permitir uma gestão criteriosa, que se deve ter sempre que se está envolvido numa missão de serviço público.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos com valores orçamentados para o ano de 2016.

CUSTO DOS INVENTÁRIOS VENDIDOS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	83.175,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	156.467,00
GASTOS COM PESSOAL	359.745,00
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	77.965,90
OUTROS GASTOS E PERDAS	3.765,00
GASTOS DE FINANCIAMENTO	45.785,00
TOTAL	726.902,90



Os gastos, acompanham quase em paralelo a diminuição de rendimentos acima referidos, o que, se reflete no resultado positivo que pensamos vir a obter se conseguirmos que este orçamento se traduza numa realidade futura, no que estamos bastante empenhados.

Tal diminuição, é mais significativa na rubrica de Custo dos Inventários Vendidos e das Matérias Consumidas e tem a ver com o facto de não ser considerado o custo dos medicamentos, os quais são suportados diretamente pelos utentes.

O Custo das Matérias e Materiais Consumidos, são os necessários à prestação de serviços a serem fornecidos aos utentes, e tem com base, os valores médios mensais contabilizados entre o mês de janeiro e setembro do corrente ano, a exemplo das rubricas que se seguem.

Os gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos, sofrerão um ligeiro decréscimo na sequência da política de custos seguidas pela instituição, no entanto todos os serviços serão mantidos com a mesma qualidade.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	
SERVICOS ESPECIALIZADOS	62.090,00
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	24.722,40
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	135,30
VIGILANCIA E SEGURANÇA	220,00
HONORARIOS	28.550,00
CONSERVACAO E RAPARACAO	8.451,00
SERVICOS BANCARIOS	11,30
MATERIAIS	11.411,00
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	2.955,00
MATERIAL ESCRITORIO	7.703,00
JORNAIS E REVISTAS	753,00
ENERGIA E OUTROS FLUIDOS	51.870,00
ELECTRICIDADE	34.132,00
COMBUSTIVEIS	1.438,00
AGUA	5.577,00
GAS	10.723,00
DESLOCACOES ESTADAS E TRANSPORTES	2,00
REFEICOES E ALOJAMENTO, PORTAGENS	2,00
SERVICOS DIVERSOS	31.094,00
OUTROS ALUGUERES	5.478,00
COMUNICACAO	3.777,00
SEGUROS	4.790,00
CONTENCIOSO E NOTARIADO	344,00
DESPESAS DE REPRESENTACAO	0,00
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	16.527,00
OUTROS SERVIÇOS	178,00
TOTAL	156.467,00

Os gastos com pessoal representam a principal despesa da instituição.

Esta rubrica, é a única que tem um ligeiro aumento face a anos anteriores. O envelhecimento dos nossos utentes leva a que para manter a qualidade dos serviços prestados, no que se refere a cuidados de higiene, alimentação e vigilância durante 24 horas 365 dias por ano, seja necessário aumentar o número de funcionários.

Este facto leva a que na situação atual de forte desemprego sejamos um pilar de combate a esse flagelo social.

REMUNERAÇÕES ORGAOS DIRECTIVOS	0,00
REMUNERAÇÕES PESSOAL	279.340,00
ENCARGOS SOBRE AS REMUNERAÇÕES	59.992,00
SEGUROS AC. TRABALHO	4.010,00
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	16.403,00
TOTAL	359.745,00

Os gastos para as depreciações mantem-se dentro dos parâmetros definidos no ano anterior, quanto à vida útil e esperada.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2.488.070,83	TAXA	77.965,90
Sujeito a 2,5%	2.226.139,75	2,50%	55.653,50
Sujeito a 12,5%	27.411,80	12,50%	3.426,48
Sujeito a 12,5%	35.793,31	12,50%	4.474,16
Sujeito a 6,25%	77.240,97	6,25%	4.827,54
Sujeito a 5,33%	22.560,71	5,33%	1.204,44
Sujeito a 7,14%	88.686,49	7,14%	6.382,22
Sujeito a 20%	10.237,80	20,00%	2.047,56

Outras perdas e gastos têm pouco significado em relação às outras rubricas e inserem-se nos custos suplementares a que todas as instituições estão sujeitas, impostos e quotas entre outros.

Na rubrica de gastos de financiamento o valor orçamentado tem vindo a diminuir em face de termos diminuído os financiamentos obtidos e consequente juros que sobre eles incidem.

INVESTIMENTOS

A instituição não prevê para o corrente ano a realização de investimentos, no entanto, está a estudar a hipótese junto da segurança social de poder aumentar a capacidade do Lar de 51 utentes para 60.

Também pondera poder aceitar a proposta de aquisição do terreno onde está construído o edifício do Lar, feita pelo Município (atualmente em direito de superfície), no entanto, ela não nos trará a curto prazo qualquer encargo.

CONCLUSÃO

As previsões que estimamos, traduzem-se na obtenção de um resultado líquido positivo no valor de € 13.629,94, que ao longo dos anos e com uma maior experiência de gestão deste tipo de instituições, procuraremos cada vez mais aproximar do zero. Queremos ainda, acrescentar que a qualidade do serviço por nós prestado, bem como à qualidade das nossas instalações, factos reconhecidos pela comunidade local e regional, e que se traduz na existência de lista de espera, faz-nos prever um futuro sem sobressaltos.

Por último, acreditamos que vamos cumprir o orçamento apresentado, uma vez que ele foi elaborado realisticamente e com prudência.

Vila de Frades, 09 de Novembro de 2015

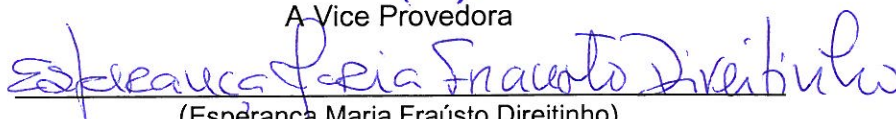
A Mesa Administrativa

O Provedor:



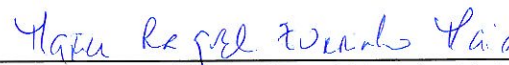
(António Joaquim Gordo Pereira Carapeto)

A Vice Provedora



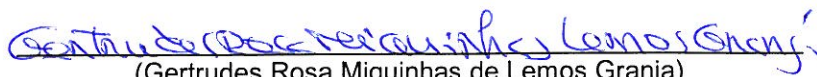
(Esperança Maria Fraústo Direitinho)

A secretária



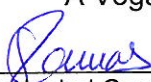
(Maria Raquel Zorrinho Maia)

A Tesoureira



(Gertrudes Rosa Miguinhas de Lemos Granja)

A Vogal



(Susana Isabel Candeias Damas)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, na sua missão de fiscalização, de acordo com a Lei e no cumprimento das suas competências, conforme estipulado na alínea c) do Art. 31º do **Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Frades**, analisou o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, apresentado pela Mesa Administrativa para o ano de 2016.

O Conselho Fiscal realizou uma atenta e detalhada análise do conteúdo daquele documento e, após troca de informações entre os seus membros, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Mesa Administrativa.

Vila de Frades, 11 de Novembro de 2015

O Conselho Fiscal

O Presidente

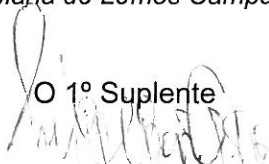


(Luís José Roque Amado)

O 2º Vogal


(Ana Maria de Lemos Campaniço)

O 1º Suplente



(Luís Manuel Baião Carapeto)